



SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas

Às 9h00, do dia 18 de julho de 2013, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por: Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Presidente da Comissão.

Estiveram presentes os membros: Roberto Brandão Cavalcanti (Ministério do Meio Ambiente - MMA), Antônio Carlos Hummel (Serviço Florestal Brasileiro – SFB/MMA), Roque João Tumolo Neto (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI), Capitão-de-Fragata Eduardo da Costa Pereira Junior (Ministério da Defesa – MD), Raquel de Oliveira Alves (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), André Socrates de Almeida Texeira (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), Celso Paulo de Azevedo (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária– Embrapa), Antônio Ademir Stroski (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema), Onilson Pereira Costa (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA), Deryck Pantoja Martins (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Benony Pereira Mamede (Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e da Madeira filiados à CUT – COMTICOM), Eliziário Noé Boeira Toledo (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), Maurício de Almeida Voivodic (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente – FBOMS), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS)

Também estiveram presentes: André Andrade (SFB/MMA), Newton Barcellos (SFB/MMA), Daniel Piotto (SFB/MMA), Paulo Fontes (SFB/MMA), Paula Padovani (SFB/MMA), Gabriela Berbigier (SFB/MMA), Marcos Bauch (SFB/MMA), Lucas Caio (SFB/MMA), Flávio Rico (SFB/MMA), Lara Souto (SFB/MMA), Eduardo Nobre (MDIC), Cássio Marra (MDIC) e o Diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Joberto Veloso de Freitas.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI (SBF/MMA) – Reforça a importância da Comissão para a política florestal. Afirma que a silvicultura brasileira tem uma das maiores taxas de crescimento e produção do mundo o que faz com que o Brasil seja o foco de atenção global fazendo, assim, que tenha uma responsabilidade social frente às políticas sociais. Diz que a missão do SFB é muito clara: fortalecer a gestão florestal e dar os instrumentos para a Política Florestal. Afirma que na prática a política de florestas nativas é o eixo de trabalho do SFB e que possui um tripé de trabalho: o primeiro é o estoque, que é o ativo principal dessa Comissão, pois, as decisões tomadas é que definem quanto do estoque vai ser ofertado, em que regiões e com que finalidades; o segundo é o conjunto de instrumentos que serve de organizador do mercado; e o terceiro e mais importante que é a visão de futuro, que define a estratégia, e a estrutura da gestão florestal. Informa que o Plano Anual Outorga Florestal (PAOF) é um instrumento muito valioso, pois é em função dele que se decide o que ofertar, como, quanto, onde, para quem e com que finalidade.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Fala sobre a determinação da ministra na transição de algumas competências da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério a serem repassadas ao Serviço Florestal Brasileiro, como questões ligadas à floresta plantada, ao fomento, a plantios e ao manejo florestal, e principalmente ao Programa Nacional de Florestas. Submete ao colegiado a ata da 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas para aprovação. Declara que a referida ata foi aprovada.

1º TEMA DE PAUTA: PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL 2014

O SR. ANDRÉ ANDRADE (GERENTE EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO/SFB) – Realiza a apresentação sobre o PAOF 2014.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Diz ser importante registrar que o SFB está com um edital de concessão florestal aberto, o da Floresta Nacional de Crepori, e que serão lançados em agosto, o de Altamira e Amana. Lembra da assinatura, no mês passado, dos contratos de Jacundá.

O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (ABEMA) – Relata a dificuldade de controlar o problema do uso ilegal da madeira em nossos estados. Questiona o fato do estado do Amazonas ter uma área tão pequena para concessão, visto que tem a maior cobertura florestal do país.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Diz que os estados estão se mobilizando para implementação da concessão florestal. Relata a necessidade de existir concessão estaduais independente da federais.

O SR. ONILSON COSTA (ANAMMA) – Relata que as dificuldades na implantação do manejo florestal são um grande problema na Amazônia, pois é uma região com muitas madeiras ilegais e com facilidade de exploração

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Ressalta ser muito importante a questão da ilegalidade, sendo talvez o tema mais discutido na atualidade. Registra que hoje existem aproximadamente 70 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas na Amazônia. Ressalta a importância de incorporá-las como florestas públicas e que existe um esforço enorme para isso.

O SR. CELSO PAULO DE AZEVEDO (Embrapa) – Diz que temos uma demanda de 12 milhões de madeira. Pergunta qual montante de madeira pode ser atingido com as concessões, em quanto tempo e quais são as estratégias do Serviço Florestal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Afirma que podemos ter uma economia sustentável madeira na Amazônia, grande parte certificada, a partir do momento que dermos o direcionamento com relação ao uso das terras públicas.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Fala sobre a estimativa do potencial de produção via concessão. Diz existir aproximadamente 145 mil hectares de florestas concedidas, atualmente a oferta é em torno de 55 mil m³, mas podendo chegar a até 74 mil m³ de madeira por ano. Diz que se utilizássemos todos os 22,8 milhões, ou 23 milhões, poderíamos chegar a 6,8 milhões de m³ de madeira em tora, que é 56% da demanda atual, assim já teríamos capacidade de controlar o mercado com mais da metade regulado por concessões. Portanto faltariam cerca de 8,7 milhões de hectares para produzir 5,26 milhões m³, que seria o total de madeira para atingir os 12 milhões. Sugere também a utilização de 11 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas, com aproveitamento de 80% de efetivo manejo, chegando a 5,3 milhões, ou seja, fecharia toda oferta de madeira. Afirma que não é tão simples, mas que há condições de colocar no mercado 100% da atual demanda de maneira sustentável e totalmente rastreável.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (CNI) – Pergunta quantos hectares, desses 4,3 milhões, serão licitados para 2014? Diz que é necessário buscar maneiras legais para filtrar as empresas que se candidatam a participar das licitações e de resolver a questão do arranjo institucional entre os órgãos envolvidos: o concedente, o gestor do contrato das unidades de conservação. Ressalta a importância da discussão do tema mineração.

Diz que o instrumento de concessão está a cada dia mais aperfeiçoado, mas se preocupada com o mercado da madeira, que continua decaindo. Lembra que a madeira ilegal continua circulando no mercado, sendo um desafio a ser combatido, e que a melhor forma de combatê-la é promovendo de forma legal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Responde que desse total apresentado espera-se que até o ano que vem seja licitado em torno de 1 milhão e 600 mil hectares. Concorde da necessidade em preparar melhor os futuros concessionários. Com relação ao arranjo institucional, diz concordar com a necessidade de ajustes e que é um tema bastante discutido. Ressalta que a mineração é um tema importantíssimo nessa questão florestal, é um processo compatível, mas que ainda falta apoio.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Diz que processo de construção de edital requer um tempo de aprendizado, e que o SFB está levando esse tempo para modelar um edital mais adequado ao mercado.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (FBOMS) – Destacou a importância das discussões com análises nas reuniões da CGFLOP. Parabeniza pela inclusão do tema caatinga na pauta. Afirma que a estratégia de criar oferta de madeira proveniente de concessão, como a principal estratégia para combater a madeira ilegal, é fantástica. Destaca que os primeiros concessionários têm problema para comercializar a madeira das concessões e que a principal razão para isso é a questão do mercado não reconhecer a sua madeira como diferente da ilegal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Diz que até o final do ano o Serviço Florestal Brasileira disporá de um sistema de rastreabilidade de madeira.

O SR. ANDRÉ SÓCRATES (Ibama) – Fala que a questão da atividade mineraria com a atividade florestal dentro da flona é muito importante e que pode levar as empresas licitantes a terem grandes perdas econômicas. Pergunta como foi pensada a questão da atividade mineraria dentro da flona para o PAOF 2014. Destaca que o Sistema Nacional Florestal fará a integração entre sistemas institucionais do Ibama.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Responde que em relação à mineração o próprio contrato de concessão já conta com uma previsão para o reordenamento das questões financeiras e econômicas.

O SR. ELIZIÁRIO NOE BOEIRA TOLEDO (CONTAG) – Acredita que um dos maiores desafios é exatamente essa dimensão intersetorial das atividades, percebe-se que na prática as atividades são basicamente isoladas. Traz alguns questionamentos sobre o histórico das concessões: Qual é o real impacto sobre as comunidades? Tem

melhorado a vida das pessoas? Para onde estão indo os recursos? Afirma que se não estamos contribuindo para a melhora da qualidade de vida das comunidades, precisamos repensar esse processo. Pergunta qual é a possibilidade de a Comissão realizar uma visita *in loco* nas concessões?

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Afirma existir critérios técnicos nos editais e contratos de concessão a respeito do impacto social nas comunidades, além do monitoramento realizado. Diz que irá verificar a possibilidade de uma visita *in loco* nas concessões.

A SR^a. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES (MPOG) – Fez algumas considerações sobre a Minuta do PAOF e sugere que antes das reuniões da Comissão, fosse enviada aos membros a última versão da minuta, inclusive com as atualizações das manifestações dos órgãos consultados. Propôs as seguintes alterações na minuta do PAOF: na página 17, alteração “de 28,3 milhões, em 2010” para “de 28,3 milhões, em 2009”, em consonância com o gráfico da página 16; na página 18, é necessário acrescentar “área não destinada” na legenda do gráfico; na página 29, no tópico “Exclusão de áreas de florestas públicas federais que já estão em concessão” é necessário incluir a Flona Saracá-Taquera. Afirma que a ANEEL e o Conselho de Defesa Nacional alertaram sobre o estudo de viabilidade da Usina Hidrelétrica Cachoeira do Caí na Flona de Itaituba II e, por isso, sugere que o SFB realize uma reunião com a ANEEL para verificar o status do estudo de viabilidade a fim de evitar possíveis conflitos de agendas na Flona. Sugere que a ressalva do Conselho de Defesa Nacional sobre a Flona de Itaituba II conste no PAOF. Outro ponto que foi ressaltado é que Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (Pradam) não é um programa do PPA, como consta no PAOF, mas sim um Projeto que está presente no Programa 2014 (Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização). Adicionalmente os dados da Tabela 20 não são claros e é preciso esclarecer melhor o “valor total de custos do Oema”. Sugere a inclusão de uma tabela com a situação atual de cada concessão.

O SR. BENONY PEREIRA MAMEDE (CONTICOM) – Diz que enquanto houver uma grande oferta de madeira mais barata, as concessões vão ficar em segundo plano. Concorda com a importância da visita *in loco*.

O SR. ONILSON COSTA (ANAMMA) – Diz ter vivência e convívio direto com a primeira Concessão Florestal, Floresta do Jamari, sendo nítido que as populações tradicionais e circunvizinhas foram muito beneficiadas. Destaca a importância de conhecer *in loco* essa região.

O SR. ROQUE JOÃO TUMOLO NETO (MCTI) – Reitera a importância das discussões em relação às questões sociais e da visita *in loco*.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Fala sobre o I Prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal do Serviço Florestal Brasileiro, que terá o objetivo de estimular o estudo sobre economia da gestão de florestas públicas, da produção sustentável e também analisar as suas perspectivas e desafios socioeconômicos e ambientais.

2º TEMA DE PAUTA: MANEJO FLORESTAL NA CAATINGA

O SR. . NEWTON BARCELLOS (Chefe da Unidade Regional Nordeste – SFB/MMA) – Realiza a apresentação sobre o Manejo Florestal na Caatinga.

O SR. MAURÍCIO VOIVODIC (FBOMS) – Parabeniza a apresentação. Pergunta se existe alguma estratégia do Serviço Florestal Brasileiro para concessão na região? Qual é o nível de qualidade do manejo?

O SR. NEWTON BARCELLOS (SFB/MMA) – Diz que nos planos de manejo na Caatinga não existe a situação vivida na Amazônia, de “simulação” de informações e da não realização das operações e práticas do manejo florestal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Complementa e diz que infelizmente não foram imobilizadas áreas no Nordeste como na Amazônia para fins de produção sustentável sob o domínio público e que existe muita floresta da Caatinga e com potencial enorme, principalmente para manejo florestal comunitário. Afirma que vem ocorrendo um avanço no manejo comunitário muito maior na questão da lei da madeira, na Caatinga do que na Amazônia.

O SR. ANDRÉ ANDRADE (SFB/MMA) – Afirma que o Serviço Florestal Brasileiro tem o objetivo de fazer um termo de referência para realizar o mapeamento do potencial energético da biomassa florestal de todos os biomas; assim essa identificação poderá contribuir com o aumento da oferta de biomassa florestal para energia, seja via concessão, reflorestamento ou aproveitamento de resíduos florestais.

O SR. ONILSON COSTA (ANAMMA) – Parabeniza o Sr. Newton Barcelos pela apresentação e diz que as dificuldades encontradas na Amazônia estão relacionadas com a não existência de um plano de manejo sustentável no sentido completo. O que existe é um incentivo do plano de manejo exploratório. Ressalta a importância da fiscalização no cumprimento de quem explora, tanto nos manejos particulares, como nas florestas de concessão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Afirma que na questão das concessões, tanto o IBAMA, quanto o Serviço Florestal Brasileiro e o ICMBio, possuem um conjunto de normas e de práticas para garantir bons resultados. Em relação ao manejo em terra privada, o histórico não é tão bom.

O SR. ANDRÉ SÓCRATES (Ibama) – Parabeniza a apresentação. Diz ser muito desafiante o manejo na Caatinga. Pergunta como os estados estão autorizando as técnicas de raleamento, alinhamento e rebaixamento. Convida o Serviço Florestal Brasileiro para participar na produção do Sistema Nacional de Gestão Florestal, que será um sistema utilizado pelos próprios órgãos estaduais para emissão de autorizações. O Sistema trará questões técnicas, que deverão ser apresentadas pelo responsável técnico, e a análise do órgão ambiental.

O SR. JOBERTO FREITAS (SFB/MMA) – Diz que um aspecto importante é a comparação do manejo florestal ao desmatamento nessa região, a maioria das espécies da Caatinga rebrotam, não perdendo sua base genética nem a composição florística, por isso não pode ser considerado desmatamento, pois não há mudança na classe de uso da terra. Na Amazônia é usado o sistema chamado policíclico, onde há muitas idades dentro da floresta e cada um tem o seu próprio ciclo, e na Caatinga o monocíclico. Relata que na Caatinga existe também uma rede de manejo florestal com uma série de parcelas permanentes e experimentos instalados com diferentes tratamentos para estudar a recomposição da floresta.

O SR. CELSO PAULO DE AZEVEDO (Embrapa) – Fala sobre o rebaixamento e raleamento, que são resultados de pesquisa, desenvolvimento, inovação e questiona como incorporar essas novidades à legislação. Diz que enfrentamos um atraso, pois nunca comparamos o manejo florestal em si, como ele deveria ser com outras práticas, outro uso do solo. Ressalta a importância do incentivo do manejo na Caatinga e a prática da silvicultura.

O SR. ELIZIÁRIO NOE BOEIRA TOLEDO (CONTAG) – Parabeniza a apresentação. Chama atenção para a questão cultural, visto que se trabalha com agricultores e sendo necessárias estratégias para desenvolver outras formas de relação com a natureza. A alternativa para isso é a educação, através de um processo formativo. A educação não é apenas um meio, é o elemento estratégico para isso. Outro ponto importante é a questão da assistência técnica com educação, promovendo uma nova relação, uma maneira dos agricultores enxergarem os seus recursos naturais de outra forma. Diz que, se o objetivo é alcançar uma agricultura moderna, deve-se usar os seguintes instrumentos: pesquisa, assistência técnica e crédito.

O SR. NEWTON BARCELLOS (SFB/MMA) – Fala sobre as novas modalidades de corte: rebaixamento, raleamento e enriquecimento da Caatinga. Diz que a exploração na Caatinga é visualmente mais impactante quando comparada à realizada na Amazônia, por se um corte raso. Sugere a realização de uma visita à Caatinga.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SBF/MMA) – Na qualidade de Vice-Presidente da CGFLOP, agradece a participação de todos e encerra a reunião.